



UMA CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA BRASILEIRA PARA A AMAZÔNIA*

José Benedito de Barros Moreira

Neste ensaio, o autor se propõe a identificar as raízes dos problemas que afligem a Amazônia, e esboçar-lhes soluções, no amplo círculo do poder nacional, "ora submetido a poderosas influências providas da reorganização do poder mundial, conseqüente da derrocada do sistema comunista na, até bem pouco, URSS", conforme ressalta.

"É preciso ser raposa para reconhecer as armadilhas, e leão para amedrontar os lobos."

(O Príncipe — Maquiavel)

"Não pode ser ignorada a ameaça de 'internacionalização' ou de 'soberania restrita', verdadeiramente ofensivas à nossa independência."

(Senador Irapuan Costa Junior — ECEME, outubro de 1991)

INTRODUÇÃO

Tratar de tema tão amplo e fascinante quanto a Amazônia exige primordialmente a definição do objetivo a ser alcançado e a delimitação do assunto aos aspectos básicos. Não fosse assim, este trabalho

se tornaria por demais extenso, enfadonho e, certamente, inócuo.

Tendo em mente essas considerações, na análise e interpretação de cada fato buscar-se-á identificar e realçar as causas verdadeiramente primárias dos problemas que afligem a Amazônia, evitando as minudências não essenciais.

Tudo isso está coerente com a pro-

* Selecionado pelo PADECEME

posta de uma "concepção estratégica" que se pretende erigir ao longo deste trabalho. A idéia implícita já pressupõe a observância de um enfoque amplo que situa a Amazônia e sua problemática atual como o resultado de um longo processo histórico ainda em curso, exacerbado no momento pela crise que debilita o Estado e pela cobiça internacional declarada sobre aquela área. Em resumo, nosso objetivo será identificar as raízes do problema e propor-lhes a adequada solução no amplo círculo do poder nacional, ora submetido a poderosas influências providas da reorganização do poder mundial conseqüente da derrocada do sistema comunista na, até bem pouco, URSS.

A CONJUNTURA INTERNACIONAL

A Nova Ordem Internacional

O mundo atravessa um período de profundas transformações. O retumbante colapso do comunismo gerou um vácuo de poder que vem sendo ocupado pelos EUA, secundados por seus fiéis aliados: o Reino Unido e a França.

O restante do planeta, atônito, assiste ao exercício desse poder indisputado, do qual a recente Guerra do Golfo Pérsico foi apenas um episódio. Já batizado de "a nova ordem internacional", esse novel esquema de forças, ainda em consolidação, tem sua ação caracterizada por pressões explícitas, ou não, que direta, ou indiretamente, visam ao enquadramento progressivo

dos Estados ainda rebeldes. Os agentes dessas pressões são os próprios governos dos três países mencionados ou, de forma genérica, os países ricos que formam o Grupo dos Sete (G-7). Organismos internacionais supostamente independentes são também muito úteis nesse processo, com destaque para a ONU, o FMI e o Banco Mundial. Outros órgãos não-governamentais (ONG) constituem-se, também, em eficientes canais de pressão, particularmente na área ecológica.

O poder do G-7 é respaldado pelo sólido domínio da moderna tecnologia em relação biunívoca com o poder econômico de cada um dos países componentes daquele Grupo, como sobejamente foi demonstrado por Paul Kennedy. Como conseqüência, a cena mundial é hoje dominada pela velocidade. Ela está presente na informação instantânea que brota de satélites e computadores. Está também nos mísseis inteligentes, nos bombardeiros invisíveis e nos gigantescos aviões de transporte. Essa nova "era da velocidade" causou profunda reviravolta nas relações internacionais. No século XIX, a notícia levava 6 meses para sair da China dos Taipings e chegar à Inglaterra vitoriana. Hoje, a diplomacia se faz em tempo real, seja em sua face de paz, seja de guerra.

O mundo mudou. É importante perceber esse fato e visualizar os riscos que a nova ordem traz aos países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil.

As Projeções do Poder

Em relação ao Brasil, as pressões internacionais se materializam através de ações predominantemente econômicas, políticas e psicossociais. Nenhum *casus belli* pode ser, por enquanto, apontado; todavia é uma hipótese que não pode ser destacada, mormente depois da mensagem de truculência a ser extraída da invasão do Panamá, em 1989, e do massacre do Iraque, dois anos depois.

De forma genérica essas pressões se expressam nas seguintes áreas:

- negociação da dívida externa e manipulação dos créditos internacionais;

- restrições diversas ao intercâmbio comercial;

- restrições ao acesso à tecnologia de ponta;

- posicionamento negativo da mídia internacional (e nacional);

- a questão ecológica, com ênfase na floresta amazônica;

- o problema indígena e o suposto genocídio ianomâmi; e

- o combate ao narcotráfico.

Cada um desses assuntos mereceria, por si só, uma ampla análise, coisa que não interessa ao escopo deste trabalho. Ao longo da exposição, contudo, recorrer-se-á eventualmente a esses conceitos.

É interessante frisar, desde já, a convergência de três desses vetores sobre a Amazônia Brasileira, mais precisamente o arco que vai de Tabatinga ao BV-8. São eles: a questão ianomâmi, o combate ao narcotráfico, e a proteção à floresta.

A CONJUNTURA NACIONAL

O estudo da conjuntura nacional deve ser efetuado à luz do sistema internacional, mais abrangente e com ela profundamente imbricado. Nesse estudo, por ser mais importante para seu escopo, deter-se-á um pouco mais neste tópico de forma a melhor realçar os fatores que influenciam marcadamente a problemática amazônica. Para tanto, empregar-se-á a clássica divisão do Poder Nacional, segundo a ESG.

Expressão Política

A Constituição Federal de 1988 é apontada como um severo óbice à ação governamental. De feição parlamentarista, dotou o Congresso Nacional de poderes tais que parecem entorpecer a ação de governo, que não tenha maioria parlamentar. Por outro lado, a classe política é mal vista pela população em geral, conforme repetidas pesquisas de opinião que têm vindo a público. Denúncias de fisiologismo, nepotismo, absentefismo, corporativismo e outros tantos "ismos" negativos tornam o povo descrente de seus representantes.

O Executivo, a seu turno, não transmite ao povo a desejável imagem de competência e probidade. Os desperdícios, as indefinições, o compadrismo, por vezes o amadorismo, deixam o povo inseguro quanto ao seu destino, e torna-o suscetível a boatos e manobras espúrias que obram em benefício de pessoas e grupos inescrupulosos. A indefinição de objetivos nítidos e, pior que isso, as contradições, acabam por conduzir o empre-

sariado à abulia e o povo à ataraxia.

O Poder Judiciário tem se revelado mais cioso de suas prerrogativas que zeloso com seus deveres. Gozando de absoluta liberdade de ação, de vez que julga sem ser julgado, a reputação do judiciário — antes acoimado de moroso e ineficiente — fica abalada pelos escândalos que surgem já com certa freqüência envolvendo alguns de seus membros. Os altos salários pagos a seus servidores transmitem a imagem de uma casta privilegiada, alheia aos pungentes problemas nacionais.

Em resumo, o Estado brasileiro esbarra em suas próprias contradições políticas e não consegue encontrar a solução para os agudos problemas que afligem a sociedade, por força da dicotomia entre o interesse genuinamente nacional e a práxis política vigente. Destarte, lacerado pelo conflito entre grupos poderosos, o Estado faz-se fraco e indefeso ante os magnoz desafios endógenos e exógenos.

Expressão Econômica

Os desmandos políticos têm uma profunda repercussão na área econômica. A maior evidência desse fato reside no refluxo do capital externo e, ainda mais preocupante, na fuga, legal e ilegal, do próprio capital nacional.

O retorno do PIB aos índices de 1980 retrata a decadência de uma economia que, outrora próspera, assombrava o mundo a taxas de crescimento espantosas, no que ficou conhecido na década de 70 como o “milagre brasileiro”. Mas o milagre esvaiu-se por entre as largas malhas da incompetên-

cia e da corrupção, e nosso País, no efeito iô-iô, começa a resvalar perigosamente, ladeira abaixo, fato, aliás, já ocorrido antes, na primeira metade deste século, com nossos vizinhos do Cone Sul, Argentina e Uruguai.

A hidra inflacionária brasileira tem mais de sete cabeças, e nem mesmo Hércules, se contratado para esse 13º trabalho, ousaria aceitar o desafio. Eis que esse vírus insidioso faz hoje parte da cultura nacional, e obra em proveito da classe rica, como uma colossal sanguessuga a drenar a energia produtiva da Nação, concentrando perversa e perigosamente a renda nacional em benefício de poucos.

Corroborando e expandindo essas assertivas, em um relatório preparado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos são apontadas as cinco principais causas da estagnação: a instabilidade econômica e insuficiente capacidade de investimento; o déficit crônico do setor público; a elevada transferência de poupança líquida ao exterior; a ineficiência da ação do Estado; a obsolescência e baixa eficiência do setor produtivo.¹

A esse rol, ainda se pode acrescentar: a legislação caótica e por vezes conflitantes; os privilégios cartoriais e o corporativismo; a infra-estrutura deficiente e depauperada; os desequilíbrios regionais.

Malgrado todas essas mazelas, o País tem condições de sustentar-se sobre seus próprios pés. Tem motivos de orgulhar-se uma Nação que foi capaz de construir Itaipu.

O problema econômico, na reali-

1. Coluna do Castelo, JB, 19.10.91.

dade, não existe. O verdadeiro problema nacional é essencialmente político.

Expressão Psicossocial

O renomado filósofo e historiador Oswald Spengler caracterizava a nação pela existência de um ideal comum.

Qual o ideal da Nação brasileira? Qual a força viva que galvaniza cada um de seus membros e fá-lo dizer com orgulho que é brasileiro? Onde está aquela identificação com os símbolos maiores, que fazia o povo cantar com vibração o Hino Nacional nas grandes conquistas esportivas da década de 70 ou na "campanha das diretas já"?

Infelizmente, o desânimo, a abulia parecem haver se assenhorado da alma nacional. Quais os fatores que conduzem a isso?

Tentaremos responder a essa questão de forma breve, ainda que correndo o risco de errar pela simplificação de problema tão complexo.

- Os desequilíbrios sociais acentuam-se em detrimento dos pobres e miseráveis, que ora empregam todas suas energias na busca da sobrevivência. A criança abandonada é uma consequência desse fenômeno.

- O crescimento da miséria espelha-se no inchamento desordenado dos centros urbanos que se vêem assolados pelo desemprego, miséria, prostituição, fome, violência.

- O crime se organiza e promove a insegurança, acua o cidadão e corrompe a força policial.

- O jogo institucional e o ilegal são fontes de corrupção e vendem a ilusão

da riqueza sem trabalho.

- O analfabetismo e a ignorância formam o pano de fundo para o crescimento de perigosas seitas religiosas, já com grande poder junto às classes mais pobres, com possíveis reflexos para a segurança nacional.

- As doenças e a desnutrição endêmicas nas regiões nordeste e norte geram populações raquíticas e nanicas aprofundando o fosso entre as regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas do País.

A enumeração destas mazelas não esgota toda a delicada problemática social do Brasil, mas serve para dimensionar o vergonhoso quadro que tem de ser revertido, sob pena de se ter engrossada a corrente de emigrantes que deixam este País tangidos pela desesperança.

Expressão Militar

O poder militar do Estado é função biunívoca das outras três expressões do poder nacional. Vive para elas e na sua direta dependência. Maquiavel identificou, com admirável clarividência para sua época, a importância do próprio povo na defesa da nação-estado. As guerras napoleônicas viriam a cobri-lo de razão. Clausewitz enfatizou o papel da política na definição dos objetivos do Estado, na paz ou na guerra, e os exércitos como um instrumento dessa ação. Finalmente, Paul Kennedy pôs a nu a estreita dependência que todos esses fatores têm do poder econômico. A ciência de governar está em harmonizá-los.

Um Estado forte precisa de forças armadas (FA) fortes, ou melhor, só se torna forte por possuí-las. A dimensão das FA deve estar coerente com a grandeza do Estado e com os objetivos nacionais de governo e, principalmente, com os permanentes, que garantem a continuidade temporal do Estado como entidade independente e soberana.

Forças armadas: para quê?

Volta-e-meia essa indagação parece perpassar a mídia nacional como um reflexo da insensibilidade de parcela expressiva da população que desconhece o papel que cabe ao braço armado do Estado. Por ignorância, por desinformação, por força de um pacifismo suicida, por simples má-fé, por revanchismo, ou até mesmo como inocentes úteis a fazer o jogo do inimigo, esse tipo de atitude colabora para dificultar às FA o cumprimento de sua missão precípua. O estrangulamento orçamentário é parte desse processo. Com apenas 2,3% do orçamento nacional ou 0,4% do PIB, as FA brasileiras alinham-se entre as menos onerosas do mundo. Chegáramos à mesma conclusão se a comparação se desse em relação à população ou território.

No momento em que a tecnologia, cada vez mais dispendiosa, torna-se o fulcro da guerra moderna, há necessidade de desenvolver armas e sistemas, ofensivos e defensivos, que sejam capazes de exercer um grau mínimo de dissuasão, frente a qualquer agressor eventual. Não se trata de projetar poder além-fronteiras, pois vivemos em harmonia com nossos vizinhos e não

alimentamos pretensões imperialistas. Trata-se, sim, de obter o mínimo de capacidade retaliadora em face de uma potência do Primeiro Mundo. Af, por exemplo, se enquadra o projeto do submarino nuclear, da Marinha de Guerra, e o veículo lançador de satélites (VLS), da Força Aérea, a merecerem o máximo apoio da Nação.

Auspiciosamente, parece já existir um despertar das elites nacionais para a importância das FA no complexo panorama internacional que se debuxou no pós-guerra do Golfo Pérsico, sob a égide da "nova ordem internacional".

As sugestões para o restabelecimento do acordo militar com os EUA e a crescente pressão para o engajamento das FA brasileiras no combate ao narcotráfico, conforme já ocorre na Colômbia, Peru e Bolívia, são alguns dos óbices externos a registrar. Internamente, além do orçamento precário, já mencionado, inexistem uma política militar integrada que possa obter o rendimento mais eficaz dos esforços ora isolados das 3 Forças.

Desde já, conforme palestras realizadas pelos Ministros da Marinha, Exército e Aeronáutica, no ano de 1991, na ECEME, ficou clara a prioridade da "hipótese amazônica", como área crítica do território nacional, em face dos riscos exógenos já identificados. Os recentes episódios no Rio Trafra, fronteira com a Colômbia, o controle do cólera em Tabatinga, a demarcação das terras indígenas, a explosão de pistas de pouso irregulares são exemplos da crescente importância do trabalho das FA na Região Amazô-

nica, o que é reconhecido e propalado por lideranças políticas estaduais e federais.

A carência de recursos, todavia, limita de forma ntuada a capacidade de ação das FA. A implantação do Sistema de Vigilância Aérea na Amazônia (SIVAM) e a conclusão e expansão do Programa Calha Norte (PCN) são hoje fundamentais para consolidar a presença do Estado naqueles lindes. Em conferência realizada na ECEME, o Secretário de Assuntos Estratégicos reafirmou o interesse do Governo em sustentar e ampliar o PCN nos moldes em que foi concebido.

As guerrilhas na Colômbia e no Peru, associadas ou não aos narcotraficantes, os choques entre os migrantes que chegam e os posseiros já estabelecidos, dos quais o episódio Chico Mendes é apenas um exemplo, o garimpo clandestino e predatório, interferindo nas comunidades indígenas e provocando atritos fronteiriços, a presença de "missões religiosas" espúrias, o potencial de crise na fronteira do Suriname, caso haja uma intervenção dos Países Baixos naquele país, tudo são fatores que recomendam aumento da presença militar na área.

Finalmente, cabe acentuar a necessidade de se preparar as FA, desde já, para a eventualidade de emprego na guerra irregular, a mais indicada para reagir a uma agressão de uma potência militar de primeira ordem, um fator dissuasório que dependerá de nossa vontade e capacidade para ser implantado. O mais difícil já possuímos: o Homem, o Soldado. Resta-nos erigir uma doutrina compatível com os recur-

sos existentes, perfeitamente integrada, no âmbito das FA. Essa doutrina deverá ter como ponto de referência a ação de pequenos grupos dotados de grande mobilidade — a ser conseguida por lanchas rápidas e helicópteros — comunicações e elevado poder de fogo, apoiados por uma logística adequada à sua atuação.

A AMAZÔNIA

Ao longo desta análise, será evitada a repetição de conceitos e dados sobrejamente conhecidos sobre a Amazônia. Isso só ocorrerá ao longo da exposição quando houver interesse em realçar um ou outro aspecto daquela imensa área, comparável em extensão ao subcontinente indiano.

A diversidade é a característica mais marcante da região genericamente chamada de Amazônia. Daí surge uma primeira conclusão: não existe uma solução única para seus problemas.

Outro grande equívoco é confundir a hiléia com a Amazônia Legal, esta última um arcabouço legal que anexa à floresta tropical propriamente dita uma imensa orla de savanas e florestas de transição. E é exatamente nesse entorno que está concentrada a maior parte dos projetos agropecuários implantados na área em período recente, gerando a destruição da vegetação e os protestos dos ecologistas.

Em torno do miolo florestal intocado, da ordem de 3 milhões de km², gravitam áreas diferenciadas pela corografia e pelo próprio grau de desen-

UMA CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA BRASILEIRA PARA A AMAZÔNIA

volvimento e que chamaremos genericamente de Amazônia Ocidental, Oriental, Norte e Meridional.

A Amazônia Oriental tem como pólo a cidade de Belém e como eixo principal a rodovia Belém—Brasília, a ser complementado pela futura ferrovia Norte-Sul. Embora interrompida em alguns trechos, a Transamazônica é um eixo transversal que vertebrava e integra o interior. No coração dessa área o Projeto Jari, o Projeto Carajás e sua ferrovia, e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí são pólos de desenvolvimento incipientes, assim como o porto de Santarém e o complexo mineral de Oriximiná, nas proximidades daquela cidade. Fica evidente que essa porção amazônica já possui uma dinâmica de progresso autônoma, carecendo apenas de uma infra-estrutura que favoreça o crescimento auto-sustentado dos projetos industriais e agropecuários ali implantados.

Ao sul, a BR-364 surge como o grande eixo de desenvolvimento, ao propiciar a ligação do Acre, Rondônia e Mato Grosso aos principais centros produtores e consumidores do Sul do país. O crescimento demográfico desordenado do Acre e de Rondônia, principalmente, atestam a influência civilizadora daquela rodovia.

	1967	1990	%
Acre	196.000h	417.000h	213
Rondônia	107.000h	1.095.600h	1.023

Dados: SUFRAMA/91

As cidades rondonienses de Jí-Paraná, Cacoal, Ariquenes e Porto Velho estão dentre as que mais cresceram no país, e a incapacidade governamental de lidar com essa realidade conduziu a região a um caos ainda não domado, de que o narcotráfico é uma das facetas.

A importância do modo rodoviário para o desenvolvimento da Amazônia não fica apenas no exemplo positivo acima citado. Pode ser sentida, também, no declínio causado a cidades outrora prósperas como Guajará-Mirim, então o principal porto de entrada a cavaleiro do Rio Mamoré.

A Amazônia Ocidental tem seu centro de gravidade econômico e populacional na cidade de Manaus, responsável por 98% da produção e concentrando, com seus 1.500.000 habitantes, 75% da população do Estado do Amazonas.

A Zona Franca de Manaus ao ser implantada, em 1967, estabeleceu um modelo de desenvolvimento acelerado que beneficiou a restrita área circunvizinha, atraindo migrantes que incharam a cidade em detrimento de outras áreas já despovoadas. Esses vazios ecumênicos são mais notáveis e perigosos no arco lindeiro que vai do Acre a Roraima. Naquela faixa, municípios enormes, de extensão superior a alguns Estados da Federação, encontram-se à míngua populacional, o que se torna ainda mais crítico com as ameaças representadas pelo narcotráfico e pela guerrilha. Barcelos, sede da primeira capital regional, ainda no período da conquista colonial, possui uma superfície de 122.429km² e uma população

que não ultrapassa 20.000 habitantes, parcialmente esparsos ao longo da calha dos rios.

O progresso que tem ocorrido em Roraima se reflete no crescimento de Boa Vista e sugere o aparecimento de um importante pólo secundário baseado na exploração do rico subsolo daquele Estado e na criação das Áreas de Livre Comércio nas fronteiras venezuelana e guianense. O eixo balizado pela BR-174, Manaus—BV-8, e seu futuro asfaltamento, em obediência a tratado firmado com a Venezuela pelo governo brasileiro, dará o impulso definitivo à região, abrindo uma notável via de acesso aos portos do Caribe, e daí ao Pacífico, através do Canal do Panamá.

Finalmente, fechando esse imenso arco amazônico, encontramos o norte do Pará, espremido entre Roraima e o Amapá, fronteiro às Guianas e completamente virgem, não fosse a modesta guarnição militar de Tiriós. A proteção dessa área tem sido a sua relativa inacessibilidade e a atração geopolítica dos países limítrofes pelo Caribe. Não se deve esquecer, contudo, a presença da França na sua Guiana e os vínculos do Suriname com a antiga metrópole.

Todo esse vasto mosaico amazônico, grosseiramente subdividido segundo os pontos cardiais, gravita em torno do eixo Solimões-Amazonas e de uma série de afluentes de porte que balizaram a penetração centenária do homem.

Todavia, não cessa aí a diversidade amazônica.

A posição das diversas regiões em

relação à própria área e aos países vizinhos confere valores geopolíticos diferenciados a cada uma delas.

Passando ao largo da atração gravitacional exercida por Belém e Manaus e desprezando os efeitos resultantes dos eixos de ligação internos, concentrarei as análises nas faixas lindeiras. A propósito, o ilustre geopolítico Gen Carlos de Meira Mattos identificou uma série de enlaces fronteiriços, verdadeiras áreas de dependência mútua a serem desenvolvidas sob o guarda-chuva do Tratado de Cooperação Amazônica; Tabatinga e Letícia, Bonfim e Lethen, BV-8 e Santa Elena do Uiarém são exemplos desse entrelaçamento de interesses econômicos e sociais a unir o Brasil à Colômbia, Guiana e Venezuela, respectivamente. A professora Berta Becker também identificou essa interdependência e alertou quanto à maior atração gravitacional exercida na nossa faixa de fronteira por alguns países panamazônicos (Peru, Colômbia, Venezuela). A criação das Áreas de Livre Comércio de Fronteira nas regiões acima mencionadas e a implantação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em Boa Vista, são respostas à preocupação da ilustre professora.

A diversidade amazônica predomina também na corografia. Largos tratos de terra roxa, campos gerais, várzeas, florestas de transição convivem em meio à hiléia e abrem uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento regional. O zoneamento ecológico, já iniciado sob os auspícios da SAE, é o primeiro passo nesse sentido

e responde aos reclamos da própria SUDAM.

A migração interna tem sido outro fator a transformar a Amazônia. Se na época colonial coube aos paulistas arranhá-la pelo baixo ventre, pelas bandeiras e mais tarde pelas monções, ao norte a penetração deu-se pela calha do Amazonas a partir de São Luiz e Belém. A corrente migratória sulina declinou e desapareceu com o esgotamento do ouro das minas de Cuiabá e Guaporé. Por outro lado, a corrente dita nordestina acentuou-se com a exploração da borracha do Acre e a eclosão da grande seca do final do século XIX. Esse fluxo mais recentemente foi reativado pela construção da Transamazônica que tinha por mira transferir o excesso de população do nordeste pobre para a despovoada Amazônia rica. Isso foi parcialmente conseguido à custa de sérios problemas sociais e ecológicos.

Em resumo, a Amazônia é um verdadeiro caleidoscópio a desafiar a argúcia dos planejadores estratégicos, freqüentemente traídos por não se darem conta de suas colossais contradições, rejeitando soluções simplistas e uniformes.

OS ÓBICES

Alguns dos objetivos nacionais permanentes ONP têm íntima relação com a atual problemática amazônica. São eles: integração nacional, integridade do patrimônio nacional e soberania.

Em face do panorama internacional já analisado e sua imbricação com o nacional é possível identificar com

clareza os principais óbices ora existentes para que o Estado brasileiro possa alcançar e manter os ONP citados. Embora parcialmente tocados nas análises preliminares, trataremos a seguir de enunciá-los de forma mais completa, segundo as áreas correspondentes do poder nacional, de modo a orientar as soluções a serem propostas no próximo capítulo e que constituem o cerne deste trabalho.

Expressão Política

- Ausência do poder estatal nos pontos críticos da região, particularmente nas fronteiras internacionais, garimpos, áreas indígenas, zonas de conflitos de terra etc.

- Pletora de órgãos federais e estaduais com responsabilidade sobre a área, gerando conflitos de jurisdição, antagonismos e contradições: Inera, Ibama, Funai, Sudam, Suframa, Polícia Federal, Forças Armadas, Governos estaduais e municipais.

- Inexistência de uma clara definição política que coloque a Amazônia como área prioritária no contexto nacional, retardando a sua integração ao resto do País.

- A cobiça internacional se exprime de forma inequívoca, tendo por objetivo as riquezas naturais e minerais da área e age, como forma de pressão, através dos desdobramentos das seguintes idéias: combate ao narcotráfico; preservação do meio-ambiente; proteção aos silvícolas, em especial os ianomâmis; manipulação da dívida externa.

- Progressiva vivificação das fronteiras com reflexos para a segurança nacional.

Expressão Econômica

- Inexistência de recursos nacionais no volume requerido pela área.
- Desenvolvimento regional diferenciado, com preponderância da área oriental sobre a ocidental.
- Desenvolvimento polarizado em torno de Belém e Manaus, com o esvaziamento da hinterlândia.
- Estiolamento da Zona Franca de Manaus.
- Depredação ambiental, em especial pela ação do garimpo irregular e por projetos agropecuários ecologicamente inadequados.
- Infra-estrutura pobre e ineficiente nos setores energético e viário.
- Inexistência de uma tecnologia adequada ao atendimento das peculiaridades da área.
- Pressões internacionais visando ao retardo do desenvolvimento regional.

Expressão Psicossocial

- A rarefação demográfica prejudica a ação do Estado e a coesão nacional.
- A mídia internacional e nacional age de maneira tendenciosa sobre a opinião pública, de modo a conformar um quadro cataclísmico, com a conseqüente descrença na competência e interesse das autoridades nacionais.
- As deficiências econômicas provocam uma mobilidade social perversa,

que torna mais grave o quadro preexistente de miséria, fome, doença e ignorância.

- As missões religiosas espúrias agem deletariamente sobre índios e caboclos, em prejuízo da integração nacional. Preocupação análoga devem merecer as seitas exóticas, tipo Santo Daime, ora em franca expansão.

- Registre-se um incremento da criminalidade sob a égide da narcotráfica.

Expressão Militar

- Os recursos destinados às Forças Armadas são insuficientes para o cumprimento da missão.

- Os efetivos presentes na área são exíguos para a consecução da estratégia da presença.

- A política militar vigente carece de incentivos ao pessoal da área.

- Inexiste uma doutrina consistente que harmonize a ação militar na área.

- A presença de militares de potências do primeiro mundo em países vizinhos, sob o argumento de combate ao narcotráfico.

- A pressão internacional sobre os países sul-americanos, visando, ao emprego preferencial de suas FA no combate ao narcotráfico.

UMA PROPOSTA

Identificados os óbices, cabe agora apresentar um conjunto de idéias, devidamente estruturadas, que possibilitem, em âmbito nacional, a adequada solução aos agudos problemas da área

amazônica. Isso se torna premente nos dias atuais, pela rápida evolução dos acontecimentos mundiais e pela inexistência de um plano estratégico que atenda a essas necessidades de forma integrada. Notam-se tão-somente esforços isolados, compartimentados, que respondem a estímulos ocasionais e locais e não configuram uma política de governo, com amplitude estratégica, que privilegie a Amazônia no contexto nacional. No entanto, alvissareiramente, embora embrionária, a consciência dessa necessidade parece já existir nos altos escalões da administração pública federal, conforme ficou claro nas exposições de autoridades diversas realizadas ao longo do simpósio "A Amazônia Brasileira", promovido pela ECEME, de 07 a 10 de outubro de 1991.

A proposta que se segue tem o objetivo de cooperar com esse esforço, apresentando idéias que, no seu todo, configuram uma concepção estratégica nacional para a Amazônia. Nesse sentido, as últimas iniciativas datam da década de 70, com os governos Médici e Geisel, das quais a Transamazônica e a Perimetral Norte, ambas inconclusas, são símbolos a serem considerados. Todavia, por dever de justiça, é forçoso reconhecer que a redenção da Amazônia tem seu marco definitivo na mudança da Capital Federal para Brasília, verdadeiro trampolim para a sua ocupação e desenvolvimento nos tempos modernos.

Para alcançar esse objetivo estratégico, são propostas as seguintes linhas mestras para a Amazônia:

- aumento da presença estatal;
- integração e harmonização da política de desenvolvimento e conservação da área;
- valorização do homem e estímulos à sua fixação à terra;
- garantia da integridade do patrimônio e soberania nacional; e
- as FA como o agente principal das ações do governo.

Em traços largos, essas linhas mestras estruturam e balizam a concepção estratégica sugerida. Na seqüência, para cada uma delas serão detalhadas medidas específicas e correlatas.

Aumento da Presença Estatal

É fundamental a ação do Estado como agente propulsor do desenvolvimento amazônico, pois só ele possui as dimensões compatíveis com o desafio cíclico que a Amazônia oferece. Por outro lado, essas dimensões continentais exigem que se estabeleça uma hierarquia de objetivos, uma adequada seleção da frente de combate, como se costuma fazer na arte bélica quando os encargos superam os meios disponíveis.

De conformidade com as análises preliminares deste estudo, fica evidente que o baixo desenvolvimento econômico e social, a rarefação demográfica e a infra-estrutura praticamente inexistente somam-se ao interesse internacional difuso que concentra suas atenções na Amazônia Ocidental, mais particularmente na faixa litorânea que vai de Tabatinga a Roraima, área de imensa riqueza mineral que convive com a guerrilha, a narcotráfica,

o garimpo predatório e o problema ianomâmi.

O primeiro passo nesse sentido está na criação dos territórios federais do Rio Negro e do Alto Solimões, ante-projeto aguardando aprovação do Congresso Nacional e que, tem como justificativa, o abandono da área e os riscos à segurança nacional.

Abrangendo toda a faixa de fronteira do Acre a Roraima, esses territórios correspondem aproximadamente à área de influência do Programa Calha Norte, em fase de expansão atualmente, pelos notórios serviços que presta ao País naquelas regiões remotas. A respeito desses territórios, o governador do Estado do Amazonas, Gilberto Mestrinho, mostrou-se francamente favorável à sua criação, pois reconhece a incapacidade de seu governo de gerenciar os problemas daquelas áreas, distantes mais de 1.000km, em média, de Manaus, com acesso restrito e difícil.

Paralelamente, a experiência histórica também tem mostrado que o desmembramento territorial da região amazônica tem conduzido a resultados muito auspiciosos. Os atuais Estados do Amapá, Roraima e Rondônia tiveram sua gênese, em 1943, como territórios federais desmembrados dos Estados do Pará e do Amazonas. Este último também foi criado pela hissecção da Província do Grão-Pará em meados do século XIX. A partir da secessão, todos os novos territórios apresentariam um desenvolvimento ascensional nitidamente diferenciado de áreas congêneres do Estado matriz.

A criação de novos territórios da-

ria uma maior expressão política à área amazônica como um todo, por força do estabelecimento de uma infraestrutura de poder a ser necessariamente organizada nos novos territórios e pela representação que passariam a ter na Câmara de Deputados. Sinalizaria, também, para toda a Nação, a importância da Amazônia para o resto do país, uma última fronteira de recursos a ser explorada.

Em resumo, o que se propõe é:

- a priorização política da Amazônia no contexto nacional, em especial a sua parte ocidental;
- a criação e organização dos Territórios Federais do Rio Negro e do Alto Solimões, como expressão dessa política;
- o incremento do Programa Calha Norte como fator do desenvolvimento almejado naquela faixa de fronteira;
- o Estado Nacional como o principal agente do desenvolvimento da área, seja através de investimentos diretos, seja pelo favorecimento à iniciativa privada.

Uma Política Integrada e Harmônica para o Desenvolvimento e Conservação da Área

A complexidade da Amazônia favoreceu o surgimento de uma plethora de organismos com ingerência sobre a área, que laboram de forma pouco harmônica, e às vezes antagônica, conforme a experiência tem mostrado. Apenas como exemplo dessa assertiva, seria lícito recordar o conflito entre as normas do INCRA e do IBAMA.

Aquele exige o desmatamento de metade da área florestal concedida ao colono como forma de assegurar a posse da área de assentamento, o que contraria visceralmente a política ecológica desenvolvida pelo último.

Isso sugere a criação de um organismo superior que, acima das querelas regionais e dos interesses de grupos, venha a harmonizar os esforços de todos os setores com ingerência na área. Esse órgão poderia ser um Ministério para a Amazônia, fato que também atenderia à valorização da região no cenário nacional.

Esse Ministério estaria voltado para todas as atividades relacionadas ao desenvolvimento e preservação da área e teria, como fulcro de sua atuação:

- o incentivo ao desenvolvimento econômico através da iniciativa privada nacional e estrangeira, pela exploração racional dos recursos naturais do solo e do subsolo, onde sobressai a exploração da floresta como elemento essencial. O turismo ecológico, a caça e o jogo devem ser ressaltados como fatores importantes nesse processo;

- a coordenação e o incentivo à pesquisa científico-tecnológica voltada para os interesses da área;

- a implantação da infra-estrutura necessária e imprescindível ao desenvolvimento auto-sustentado da região, com ênfase nos setores energético, de comunicações e viário; o modo rodoviário, em que pese a extensa malha hidroviária da Amazônia, tem se mostrado mais dinâmico na promoção do desenvolvimento regional. A ligação com o Pacífico pela extensão da BR-364 e com o Caribe pela BR-174

aumentará a importância geopolítica da hinterlândia amazônica.

O Ministério para a Amazônia não é essencial para que toda essa política seja implementada e aperfeiçoada, mas sua existência favorecerá esse objetivo.

Valorização do Homem e Estímulos a sua Fixação à Terra

Ao homem cabe a palavra final. É ele que, com sua presença, define a posse da terra para uma Nação, ali implantando a sua própria cultura.

Qualquer política para a região amazônica deve ter em conta essa realidade, não esquecendo que é para o homem e sobre o homem que ela será exercitada. Ademais, por motivos óbvios, a valorização do homem está relacionada ao desenvolvimento harmônico da área, que lhe dará condições de se auto-sustentar e se fixar à terra. Para tanto, são propostas as seguintes medidas:

- ordenação e controle do fluxo migratório, com incentivo às empresas de colonização privadas;

- estímulo à formação e ao crescimento auto-sustentado de pólos urbanos aglutinadores, disseminados por toda a extensão amazônica, que favoreçam ao processo civilizador e à ação do Estado nos campos da saúde, educação e segurança;

- integração do homem à Nação, respeitada a sua cultura regional (aqui se incluem também os indígenas das diversas tribos amazônicas já aculturados ou em vias de o serem). Isso será obtido pela presença do poder estatal, aí inseridas as Forças Armadas, em

especial o Exército. As obras de infraestrutura — energia elétrica, comunicações e transporte — são essenciais para que se possa atingir esse objetivo.

*Medidas para Garantir
a Integridade do Patrimônio
e a Soberania Nacionais*

Todas as idéias anteriormente expostas contribuem genericamente para o objetivo em epígrafe. No entanto, algumas providências específicas devem ser tomadas, máxime no campo psicossocial.

O governador do Estado do Pará, Jader Barbalho, foi de extrema felicidade ao declarar, em palestra na ECEME, que o problema maior a ser vencido na Amazônia não estava no risco de internacionalização mas, sim, na sua efetiva nacionalização. O dirigente do Estado mais rico da região captou com muita sensibilidade a ambivalência da ação federal, dos órgãos de comunicação de massa e dos diversos grupos representativos da elite nacional, que ainda olham a Amazônia como um problema e não como uma solução, que ainda enxergam a área como um imenso depósito a receber os excedentes populacionais de outras regiões do país, os desajustados sociais, os aventureiros. O Comandante Militar da Amazônia, em linha paralela, alerta que não cabe mais na Amazônia o militar transferido a bem da disciplina, como uma espécie de punição. A Amazônia exige homens idealistas e íntegros. Em contrapartida, cabe ao Estado e ao Exército valorizar os serviços ali prestados através de atrativos

pecuniários e profissionais, um justo incentivo aos que ali se sacrificam no pioneirismo das guarnições isoladas do Calha Norte ou frentes de trabalho dos Batalhões de Engenharia de Construção.

Assim, na visão junguiana da psicologia das massas, é mister a criação de uma consciência coletiva nacional que compreenda que a Amazônia é Brasil e não do Brasil, conforme o feliz dizer de um líder garimpeiro. Para isso, faz-se necessário um inteligente trabalho de ação psicológica através da mídia nacional e internacional agindo percucientemente sobre a nossa gente, de forma a propiciar o surgimento de uma atitude receptiva e colaborativa, em face das ações a serem desencadeadas pelo governo federal.

A ação intervencionista de algumas nações do primeiro mundo devem também sofrer um combate cerrado, principalmente pelo esclarecimento das elites nacionais e, secundariamente, por ação nos foros e na mídia internacionais.

O governo brasileiro já reconheceu, oficialmente, pela palavra abalizada do Secretário de Assuntos Estratégicos, que sob a capa de grupos supostamente missionários encontram-se espiões estrangeiros a vasculhar o território nacional à busca de suas riquezas, máxime no Estado de Roraima, considerado hoje a maior reserva mineral do planeta. Urge combater esses grupos quinta-colunas e expulsá-los de nosso território sem delongas, pois são eles também os arautos da internacionalização da área onde se localiza a "nação ianomâmi", futuro embrião de

um enclave territorial em nosso País, sob a égide da ONU.

As Forças Armadas como o Agente Principal das Ações do Governo

A ocupação da Amazônia, obra ciclópica digna da saga portuguesa tão bem expressa pelos Lusíadas, foi um empreendimento essencialmente militar. A expedição de Pedro Teixeira subindo o Amazonas e o Napo até Quito diz bem da disposição lusa de aceitar o desafio do "rio-mar e desvendar os seus mistérios. De idêntica magnitude é a bandeira de Antonio Raposo Tavares que, na mesma época, vara o interior desconhecido e aborda a floresta pelo sul, rasgando-lhe o ventre e retornando a Belém em um vasto movimento de pinça. Ainda em Portugal, Raposo Tavares contactara o futuro rei de Portugal restaurado, D. João IV, e dele obteve apoio e estímulo para seu lendário empreendimento, o que lhe confere foros oficiais.

A política portuguesa para a Amazônia teve seu fulcro na construção dos inúmeros fortes que, na boca do Amazonas ou no interior da área, bloquearam a penetração de aventureiros e conquistadores. Essa política de "artérias suturadas" revelou-se perfeita e teve sua expressão máxima sob o Marquês de Pombal, talvez o maior geopolítico português dos tempos modernos.

Através dos fortes povoou-se a Amazônia. A continuação dessa política, pela criação das colônias militares, permitiu o balizamento da moderna ocupação da área. Os recentes acontecimentos relacionados ao

surto do cólera em Tabatinga não deixam margens a dúvidas de que ainda hoje é pela estrutura militar que, na Amazônia, se faz presente o Estado. O Exército, em particular, possui uma tradição que não pode ser desprezada quando se pretende abordar a Amazônia. O Programa Calha Norte, embora interministerial, só foi executado na parte que cabia ao Exército. As dificuldades para os outros órgãos federais são de elevada monta, pois além de não deterem a mesma experiência na área, não estão suficientemente vertebrados para a manutenção do apoio logístico que qualquer empreendimento reclama.

A imagem positiva do Exército, solidamente implantada na mente dos amazônidas será de vital importância para respaldar as futuras ações do governo, além de permitir-lhe a execução de seus planos a um custo mais baixo. O exemplo dos Batalhões de Engenharia de Construção fala por si. A maior parte das rodovias da Amazônia e outras tantas obras de infra-estrutura essenciais à população foram por eles construídas. Essa imagem positiva junto aos amazônidas será essencial, se o futuro eventualmente exigir a defesa do território frente a uma indébita agressão de potência do primeiro mundo, pois sem dúvida a Amazônia se transformaria "em um imenso Vietnã".

A experiência do passado deve ser farol a iluminar o caminho do presente. O desenvolvimento da Amazônia, notadamente a ocidental, será facilitado pelo incremento da presença militar na área. Será essencial que o Programa

Calha Norte, uma vez atendidos os seus objetivos atuais, seja expandido por toda a área, nucleando a Amazônia de sementes de futuras vilas e cidades, servindo, como as antigas colônias militares, de pólos aglutinadores da população dispersa nos vales. As pequenas vilas e cidades poderiam ser contempladas com unidades militares menores, das quais o tiro-de-guerra, com as devidas adaptações, é um exemplo notável.

A educação, a saúde, a segurança, o civismo, a alimentação, estariam dessa forma acessíveis a uma população hoje desassistida e, até mesmo, despossuída de nacionalidade.

Em resumo, a tradição centenária e o atual conhecimento da área aconselham o aproveitamento das Forças Armadas, em especial o Exército, como agente principal da ação de governo para a ocupação, desenvolvimento e segurança da Amazônia. A estrutura já ali existente será de extrema valia para o apoio logístico às ações dos demais órgãos governamentais. Finalmente, a presença militar deve ser ampliada na área, em um gigantesco Programa Calha Norte, estabelecendo a interface governo-povo, que será o cerne da "nacionalização" da Amazônia.

CONCLUSÃO

A proposta de uma concepção estratégica para a Amazônia deve, necessariamente, abranger todos os campos do poder nacional e restringir-se a ações no contexto da grande estraté-

gia nacional. Este trabalho procurou ater-se a esse escopo, evitando as minudências que contribuiriam mais para confundir que para elucidar o problema em uma fase tão complexa da realidade nacional, mormente sob o impacto de uma conjuntura internacional desfavorável e agressiva.

Nos tempos recentes, algumas ações de governo conformaram uma visão estratégica de ocupação e desenvolvimento da Amazônia brasileira que tiveram seu ápice nos governos Médici e Geisel. Esses marcos notáveis são:

1943 — O desmembramento dos Estados amazônicos e a criação dos territórios federais do Guaporé (Rondonia), Rio Branco (Roraima) e Amapá.

1953 — Criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), mais tarde, SUDAM.

1960 — Transferência da capital federal para Brasília, o verdadeiro trampolim para a conquista e integração da Amazônia.

1966 — Transformação da SPVEA em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

1970 — Plano de Integração Nacional (PIN). Estabelece a estratégia federal para a integração da Amazônia até hoje vigente. A Rodovia Transamazônica e a Cuiabá—Santarém são os seus símbolos mais evidentes.

1974 — O Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) dá continuidade ao PIN.

1978 — Assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (Pacto Ama-

zônico) pelos países soberanos da área, “defende o desenvolvimento e o meio-ambiente da área, com base no respeito à soberania dos países membros, numa linha de cooperação econômico-social”, segundo a análise do Prof. Adherbal Meira Mattos.

1985 — Criação do Projeto Calha Norte, já no Governo Sarney, como uma consequência do Pacto Amazônico.

A reativação do Projeto Calha Norte sob a égide do Governo Collor representou a retomada dos ideais da Revolução de 64 em relação à integração da Amazônia e consubstanciados no PIN e no Polamazônia.

Essa reativação se fez necessária pela eclosão dos problemas fronteiriços ligados ao narcotráfico, à guerrilha e ao garimpo. Mais que isso, porém, simbolizou a tomada de consciência a respeito dos riscos de internacionalização pendentes sobre a área, e que hoje encontra repúdio nas autoridades responsáveis pelo governo deste País.

A Amazônia, mais que um problema, representa a grande solução para os problemas nacionais e assim deve essa questão ser encarada. Isolá-

la no espaço e no tempo é obrar contra o ciclo histórico que teve seu início no Forte do Presépio e ainda não encontrou sua solução definitiva.

Este trabalho é mais uma contribuição para acelerar esse processo. Não pretende responder a todas as questões, mas certamente estabelece uma linha de raciocínio coerente que pode ajudar a decifrar a esfinge amazônica.

BIBLIOGRAFIA

- VIANNA, Hélio, *História do Brasil*, 1963.
 SOARES, Teixeira, *História da Formação das Fronteiras do Brasil*, Bibliex Editora, 1973.
 MATTOS, Carlos de Meira Gen, *Uma Geopolítica Panamazônica*, Bibliex Editora, 1980.
 TOCANTINS, Leandro, *Amazônia — Natureza, Homem e Tempo*, Bibliex Editora, 1982.
 KENNEDY, Paul, *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, Editora Campus, 1989.
 BECKER, Berta K., *Amazônia*, Editora Ática, 1990; *Geopolítica da Amazônia*, Editora Zahar, 1982.
 MATTOS, Adherbal Meira, *Amazônia e Outros Estudos*, CEJUP, 1991.
 ESG, *Manual Básico da ESG*, 1988.
 GOES, Synesio Sampaio, *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas*, Brasília: IPRI, 1991.
 PANDOLFO, Clara, *Considerações sobre a Questão Ecológica da Amazônia Brasileira*, Gráfica da SUDAM, 1990.



Coronel QMB/QEMA JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA — Aspirante a Oficial em 19.12.64, possui os cursos de Instrutor de Educação Física da EsEFEx, de Engenharia Química do IME, de Aperfeiçoamento de Oficiais da ESAO, Altos Estudos Militares e de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército da ECEME. Comandou o NPOR do IME, foi Diretor do Pq R Mut/5, Instrutor da ECEME e Coordenador do CPEAEx, e Oficial do Gabinete do Ministro do Exército (Assessoria Parlamentar). É o atual ADIEx nos Estados Unidos e Canadá.